

O confisco geral do corpo, do tempo, da vida: emancipar e formar *brazilienses, brasileiros/as, brasileiros/as*

The general confiscation of the body, of time, of life: emancipating and forming *brazilienses, brasilianans, brazilians*

La confiscación general del cuerpo, del tiempo, de la vida: emancipar y formar *brasileíenses, brasileiros, brasileño*

José Gonçalves Gondra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0669-1661>

Resumo: Como se deu o processo de independência do Brasil? Que relações foram estabelecidas entre os projetos de nação e os de formação das populações? Que iniciativas foram tomadas para consolidar a educação do povo na complexa experiência nacional? Ao sermos constante e permanentemente convocados a pensar os processos de libertação e autonomização e as relações com os projetos de formação e instrução das populações, nesse artigo retomo essas interrogações gerais para examinar aspectos da planetarização do chamado “Sistema de Ensino Mútuo”, sua circulação e formas de implementação em solo nacional. Com esse recurso, procuro dar a ver projetos de formação e o tipo de emancipação que os mesmos encarnam, mas também os problemas e contornos que apresentam. Desse modo, pensar um sistema de formação no pós-independência, articula algumas iniciativas destinadas à escolarização, oferece certo esquadro para problematizar a transnacionalização da pedagogia do mutualismo, o que implica em reconhecer as complexas redes de relações de poder no Brasil emancipado e os debates que envolvem interesses divergentes no que diz respeito à urgência e necessidade de instruir brasilienses, brasileiros/as e brasileiros/as.

Palavras-chave: Sistema de Ensino Mútuo; Educação no pós-independência; História da educação no Império brasileiro; Lancaster.

Abstract: How did Brazil’s independence process come about? What links were established between the projects of nationhood and the education of the population? What initiatives were taken to consolidate the education of the people in the complex national experience? As we are constantly and permanently called upon to think about the processes of emancipation and autonomization and their relationship with the projects of training and educating populations, in this article I return to these general questions in order to examine aspects of the planetarization of the so-called “Mutual Teaching System”, its circulation and forms of implementation on national soil. With this resource, I try to show training projects and the type of emancipation they embody, but also the problems and contours they present. In this way, thinking about a post-independence training system, articulating some initiatives aimed at schooling, offers a certain framework for problematizing the transnationalization of the pedagogy of mutualism, which implies recognizing the complex networks of power relations



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

in emancipated Brazil and the debates involving divergent interests with regard to the urgency and need to educate *brazilienses*, *brasilianans*, *brazilians*.

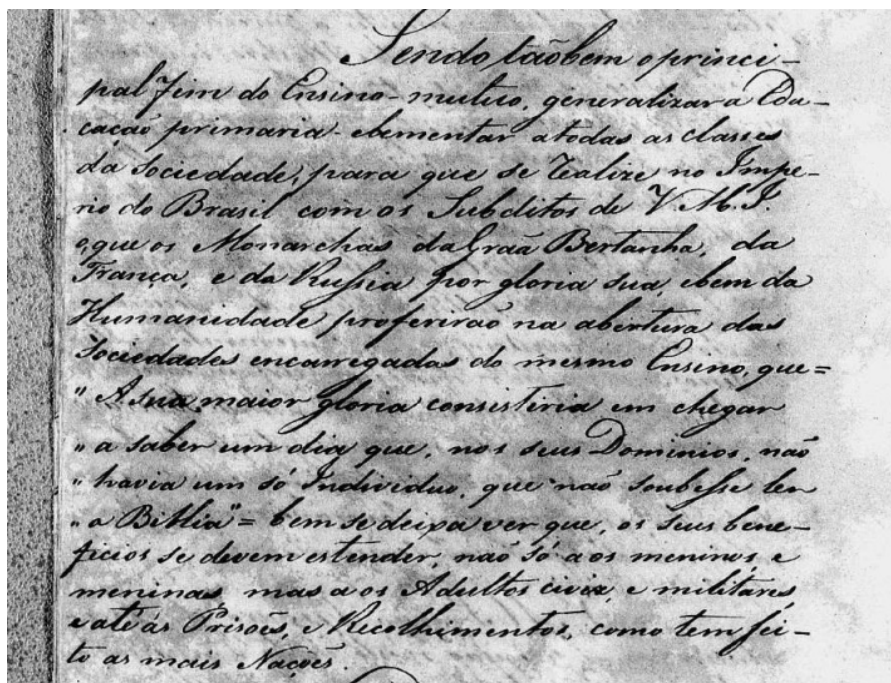
Keywords: Mutual Teaching System; Post-independence education; History of education in the Brazilian Empire; Lancaster.

Resumen: ¿Cómo se produjo el proceso de independencia de Brasil? ¿Qué vínculos se establecieron entre los proyectos de nación y la educación de la población? ¿Qué iniciativas se tomaron para consolidar la educación de la población en la compleja experiencia nacional? Como estamos constante y permanentemente llamados a pensar los procesos de emancipación y autonomización y su relación con los proyectos de formación y educación de las poblaciones, en este artículo retomo estas cuestiones generales para examinar aspectos de la mundialización del llamado «Sistema de Enseñanza Mutua», su circulación y formas de implantación en suelo nacional. Con este recurso, intento mostrar los proyectos de formación y el tipo de emancipación que encarnan, pero también los problemas y contornos que presentan. De esta forma, pensar en un sistema de formación en el período posindependentista, articulando algunas iniciativas dirigidas a la escolarización, ofrece un cierto marco para problematizar la transnacionalización de la pedagogía del mutualismo, lo que implica reconocer las complejas redes de relaciones de poder en el Brasil emancipado y los debates que involucran intereses divergentes en relación con la urgencia y la necesidad de educar a brasileñenses, brasileiros y brasileños.

Palabras clave: Sistema de Enseñanza Mutua; Educación post-independencia; Historia de la Educación en el Imperio Brasileño; Lancaster.

1 Introdução

Figura 1 – Fragmento da “Memória” assinada por Euzébio Vanério (1825).



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira¹.

¹ Disponível em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/431051>. Acesso em 25 jan 2025.

Sendo tão bem o principal fim do Ensino Mutuo generalizar a Educação Primária elementar a todas as classes da sociedade para que se realize, no Império do Brasil, com os súditos de V.M.I. o que os Monarcas da Grã Bretanha, da França e da Rússia por gloria sua e bem da humanidade proferiram na abertura das sociedades encarregadas do mesmo Ensino que “=A tua maior glória consistiria em chegar a saber um dia que, nos seus Domínios, não haveria um só indivíduo que não soubesse ler a Bíblia=” bem se deixa ver que os seus benefícios se devem estender não só aos meninos e meninas, mas aos adultos civis e militares e até às Prisões e Recolhimentos como tem feito as mais Nações. (Vanerio, 1825)².

Era sexta feira, quando o letrado nascido no Funchal³, na ilha da Madeira, assinou e datou a “Memória⁴” (Figura 1) que encaminhou a D. Pedro I, intitulada “Memória concernente ao Ensino Mútuo oferecida ao Mil vezes Augusto e magnânimo Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro I pelo seu Menor e mais humilde e reverente súdito, Euzebio Vanerio”⁵.

Auto representando-se como “[...] o menor e mais humilde e reverente súdito”, Vanerio recorre à retórica da humildade para obter as mercês que solicitava: inspecionar escolas, abrir escola normal e traduzir materiais relacionados ao ensino mútuo. O recurso à essa tópica deve ser conjugado com as posições ocupadas pelo sujeito da enunciação e o lugar de autoridade do mesmo no debate relativo à instrução nas Províncias da Bahia e Sergipe. Três indícios das funções exercidas e do selo contido no texto encaminhado ao jovem Imperador do Brasil. Um deles pode ser observado no *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (1821), quatro anos antes do documento em destaque e com cerca de 13 meses de antecedência da independência oficial do Brasil, isto é, em 7 de agosto de 1821. Nessa sessão noticia-se que:

Deu conta o mesmo senhor Secretario do offerecimento que faz ás Cortes o cidadão Euzebio Vanerio, Director do Collegio denominado *Constituição* em a cidade da Bahia de uma traducção do inglez do systema da sociedade da Escola britanica e

² Trata-se de transcrição da Figura 1.

³ De acordo com Blake (1893, Vol II, p. 310), Euzebio Vanerio Correia teria nascido “na Bahia entre o terceiro e o ultimo quartel do século passado”, tendo falecido “antes de 1850, nesta cidade, onde serviu o cargo de guarda-livros e interprete da alfândega, depois de ter sido professor substituto da real aula do commercio, e por último teve um collegio de meninos, si me não engano.” Os trabalhos de Paixão (2020) e o *podcast* relativo à Urânia Vanerio, filha de Euzebio Vanerio, (<https://open.spotify.com/episode/4dxhsTHQe0IIZVKdWugrbp?si=4926762e05ec4707>. Acesso em 04 fev. 2025) indicam algumas imprecisões contidas no verbete de Blake. Euzebio e a esposa, Samoa Angélica Vanerio, eram portugueses. De acordo com a notícia publicada no *Correio Sergipense* em 26 de março de 1852, ele teria ido a óbito no dia anterior, decorrente de uma apoplexia fulminante.

⁴ De acordo com o dicionário de Pinto (1832), o termo memória pode ter 3 acepções: faculdade pela qual a alma lembra das coisas que conhece; monumento e escrito que contém narração de qualquer coisa. Esse último parece corresponder ao sentido contido no documento produzido por Vanerio.

⁵ A “Memória” foi datada do seguinte modo: Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1825.)

estrangeira de Londres para ensinar a ler, escrever arithmetica e trabalhos de agulhas nas escolas elementares segundo o methodo do ensino mutuo inventado por Lencastre, o que foi recebido com agrado e se remetteu á Commissão de Instrucção publica (Diário das Cortes, 1821, p. 1809)

Aqui, duas pistas oferecem contornos para compreender o enunciado produzido em 1825, a de diretor de um colégio e a de tradutor de Joseph Lancaster. Antecipa, igualmente, a tese de que a difusão das escolas elementares deveria ser para todos, incluindo-se a previsão dos “trabalhos de agulhas”, com foco na instrução do feminino.

O terceiro indício consiste na informação publicada nos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, na sessão de 28 de setembro de 1827. Trata-se de um requerimento de Euzebio Vanerio, solicitando aumento de ordenado nas funções de guarda-livros e intérprete da alfândega, o que permite perceber as múltiplas funções exercidas pelo letrado português.

A autoridade antevista nessa nota é reforçada pela função autoral que desempenhara, das quais destaco dois dos materiais listados no verbete redigido por Sacramento Blake (1893). O primeiro consiste no livro *Deveres do homem ou cultura moral, ampliada e traduzida de diversos autores para uso da mocidade*, oferecido ao Illm. e Exm. Sr. Conde da Palma, em 1819. O segundo corresponde ao livro *Guia das boas mães de família, ou educação physica dos meninos, sem data*⁶.

Com essas sinalizações é possível argumentar que a tópica da humildade se encontra lastreada pela tópica da autoridade, permitindo perceber um alinhamento político e pedagógico⁷. Trata-se de reforçar o poder central, inclusive pela adesão ao método pres-

⁶ Blake (1893) afirma que esse manuscrito possui 88 páginas e que há exemplar do mesmo na biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico (IGH), provavelmente o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Em contato por e-mail de 8 de maio de 2024, ainda não obtive resposta do IGH da Bahia. Já a resposta do IGH (Rio de Janeiro) foi lacônica: “Prezado Prof. José G. Gondra. Infelizmente não temos as referidas obras em nosso acervo.” É possível que essa seja mais uma das imprecisões do referido verbete de Blake. O fato é que, até o momento, não foi possível localizar esses dois livros.

⁷ Uma hipótese complementar para se compreender o alinhamento explicitado em 1825 se refere ao processo ocorrido em Sergipe, no qual Antonio Pereira Rebouças acusa Euzebio Vanerio de desvio de verbas, pagamentos indevidos e exercício ilegal de determinados ofícios, considerando que se tratava de atividades a serem exercidas exclusivamente por brasileiros. Esse processo culminou com a prisão de Vanerio em 1824 e, consequentemente, uma série de ações empreendidas para libertá-lo. As “memórias” se constitui em um dos documentos que pode ter colaborado para o término de seu encarceramento. Preso no forte de São Pedro, em Salvador, Euzebio Vanerio escreve uma carta para o editor do jornal *Grito da Razão*, datada de 21 de julho de 1824 e publicada em 2 de agosto de 1824, da qual recuperei o parágrafo inicial: “Sr, Redator do Grito da Razão. Pela despótica e inquisitorial prisão com que me agrilhoou a estonteada e inconstitucional a arbitrariedade do Exmo. Presidente de Sergipe, colaborada pelo secretário *Rebouças* e ilícitos apaniguados apenas me foi hoje possível ver o nº 25; e não querendo e não devendo por meio do silêncio consentir nas diatribes e imposturas com que esses e seus consócios procuram a todo pano macular minha conduta, que não poderão torcer, nem amoldar a seus fins, apresso-me a rogar, queira por obséquio e compatibilidade com seu padrão periódico, lançar essas poucas linhas. (...). Em 22 anos de residência em Pernambuco, Ceará, Santos, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, de que me lisonjeio, e honro com o nome de Filho, como o lugar por mais tempo onde hei residido, sempre tenho obrado de maneira

crito pelo Imperador, por meio de algumas medidas que antecederam a regulamentação e estatização do ensino mútuo em 15 de outubro de 1827⁸.

Alinhamento político que também comparece na extensão da instrução, como consta na epígrafe desse texto. Não se trata apenas de instruir meninos e meninas jovens, adultos civis e militares e até os que se encontravam nas prisões e recolhimentos, como vinha se fazendo nas Nações destacadas (Grã-Bretanha, França e Rússia) também deveriam ser instruídos, mas não de qualquer modo. Para tanto, a remissão à Lancaster parece funcionar como elemento chave na construção de um enunciado legítimo de um Sistema que deveria ser difundido em escala mundial.

2 Um Sistema a ser planetarizado

Em 1803, o britânico Joseph Lancaster escreve aquele que pode ser considerado o principal livro a respeito da pedagogia que praticara na escola fundada anos antes em Borough Road, Southwark, em Londres. Ao lado deste, produziu relatórios e viajou dentro e fora dos domínios britânicos para difundir o sistema monitorial, sobretudo na América (Estados Unidos, Venezuela, México, Brasil, Chile, Argentina, etc).

Mas em que consistia o projeto do protestante britânico? Como deveria funcionar? A que público deveria se dirigir? Que agenciamentos considerava estratégicos para que o sistema efetivamente funcionasse? A que se opunha?

Não cabe aqui abordar a circulação e modos de apropriação do chamado ensino mútuo. Há bons estudos que dão conta dessa tarefa, como os de Bastos e Faria Filho (1999); Cardoso (2003), Neves (2003); Caruso e Roldan Vera (2005); Caruso (2008); Jinzenji (2010); Ferreira e Schwartz (2014) e Olivato (2020), dentre outros⁹. O que gostaria de

que, se minha conduta não fosse admirável, também não caísse no abominável" (Grito da Rasão, 2 de ago de 1824). Para se ter uma noção mais precisa do processo, cf. o periódico *Grito da Rasão* (BA), nos anos 1824 e 1825. A respeito dessa contenda, ver também Paixão, 2020.

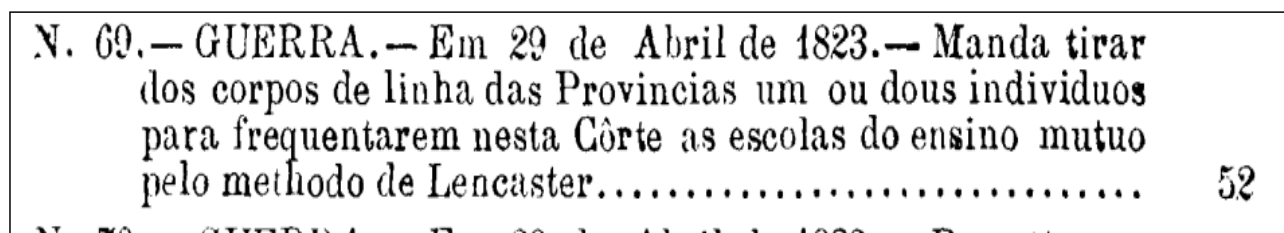
⁸ A respeito das relações entre os processos de independência e a problemática da instrução, conferir Limeira & Gondra (2022), Santos, Gondra & Lopes (2022), Gondra (2022), Gondra (2021), bem como as recentes coletâneas organizadas por Limeira, Clemente & Gondra (2022) e por Laínez, Medina, Lustosa & Vilanova (2023). Ver também os dossiês publicados na *Revista Brasileira de História da Educação* (Pasche; Cury, 2020), *Revista História da Educação* (Gondra, 2021) e *Revista Proposições* (Sooma; Sepulveda, 2023) e a série documental "Se liga na história", com 4 episódios: **Episódio 1** - Margens da independência do Brasil e a Educação - <https://www.youtube.com/watch?v=K5-ga3Aexjo>, **Episódio 2** - Lenda de Meio Século: Independência e Educação - <https://www.youtube.com/watch?v=OGSDo9F-TGU&t=91s>, **Episódio 3** - O centenário da Independência do Brasil e a Educação <https://www.youtube.com/watch?v=sqe0sf7hfVU&t=63s> e **Episódio 4** - As comemorações dos 150 anos da Independência e a Educação <https://www.youtube.com/watch?v=YHoP-RxdwEU&t=39s>. Acesso em 27 de fev de 2024.

⁹ Para o caso da América Latina, cf os estudos de Jáuregui (2003), Roldan-Vera (2005, 2013), Baeza (2016), Torres (2017) e Acevedo Tarazona; Villamizar Palacios (2024), dentre outros.

sustentar nessa sessão se refere à difusão do ensino mútuo no mundo lusófono e ao modo como é descrito por 3 professores e um estudante.

O primeiro deles é o próprio Euzébio Vanério, a quem já fiz algumas remissões. O segundo é um cadete da Capital da Província de Minas Gerais que é enviado à Corte para aprender os fundamentos do Ensino Mútuo. Trata-se, no caso, do professor José Carlos Marink, “[...] que aprendera o método em uma escola lancasteriana, instalada no Rio de Janeiro, para formar professores de todas as províncias, objetivando propagar este sistema de ensino por todo o Império.” (Inácio, 2003. p.17)¹⁰. A formação dos militares em professores foi resultado da decisão número 69 da Secretaria do Estado dos Negócios de Guerra em 29 de abril de 1823¹¹. O texto da decisão expõe que deveriam ser enviados para a Corte os militares mais habilitados para receberem a instrução do tão profícuo método de ensino¹². Na Corte, a instrução destes esteve sob a responsabilidade de Nicolau Diniz José Reynaud (BRASIL, 1823)¹³.

Figura 2 – Decisão n. 69 de 1823.



Fonte: CLB, 1823, p. 52. (Ver Anexo 1).

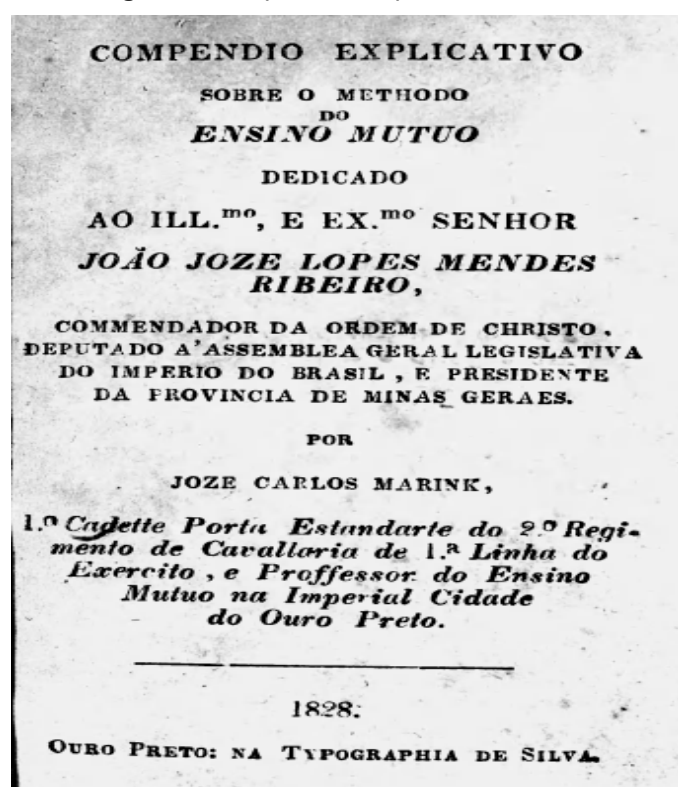
¹⁰ O Decreto de 1º. de março de 1823 “Crêa uma Escola de primeiras letras, pelo methodo de Ensino Mutuo para instrucção das corporações militares.” Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823, Página 41 Vol. 1.

¹¹ Segundo Carvalho (1980), os militares faziam parte dos principais setores da elite imperial - a “primeira geração de oficiais brasileiros da tropa de linha provinha da classe dominante” (Carvalho, 1980, p.148).

¹² Os militares recebiam um adicional de 6 mil réis por mês para realizarem esse curso. Cf. Anexo 3. Para ter uma noção do que esse valor representava no ano de 1823, com 6 mil réis era possível comprar um saco de arroz de Santos, com 1\$200 era possível adquirir uma arroba de açúcar mascavo e, com 3\$200 era possível comprar uma resma de papel almaço. Cf. *Semanário Mercantil*, disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=710084&pesq=6\\$000&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=4](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=710084&pesq=6$000&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.br&pagfis=4). Acesso em 23 de abr de 2024.

¹³ Cf. Anexo 2.

Figura 3 – Capa do Compêndio de Marink.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹⁴.

José Carlos Marink foi 1º Cadete Porta Estandarte do 2º Regimento de Cavalaria de 1º Linha do Exército, e não apenas dirigiu os trabalhos na escola da província de Minas Gerais, como também produziu o *Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mutuo*, publicado em 1828¹⁵. Nesse material, Marink afirma apresentar noções gerais do ensino pelo referido método, “uma fiel confissão” (Marink, 1828 do que observou e aprendeu na aula de Nicolau Diniz José Reynaud na Corte. Para ele, as dificuldades da instrução pelo

¹⁴ Disponível em https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0405/bndigital0405.pdf. Acesso em 28 jan 2025.

¹⁵ O Compêndio é dedicado e solicita espécie de mecenato ao presidente da Província de Minas Gerais, José Lopes Mendes Ribeiro, formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1798. Exerceu a advocacia em Lisboa até 1805, quando é despachado Secretário do Governo da Capitania de Minas Gerais, cargo que exerceu até 1821. Foi deputado e secretário da Junta governativa mineira de 1821 a 1823. Em 07 de abril de 1827 exercia o cargo de juiz de fora e Presidente do Senado da Câmara de Ouro Preto, quando teve a nomeação de Presidente da Província de São Paulo, que não chegou a exercer por ser logo em seguida transferido para ser Presidente da Província de Minas Gerais, cuja administração dirigiu interrompidamente de 18 de dezembro de 1827 a 22 de abril de 1830, em decorrência de ser também deputado na Assembleia Geral do Império. Foi membro da Junta governativa mineira de 1821-1823[1] e presidente da província de Minas Gerais, de 18 de dezembro de 1827 a 22 de abril de 1830. Foi deputado por Minas Gerais na Assembleia Geral em suas duas primeiras legislaturas (1826 - 1829 e 1830 - 1833) e duas vezes apresentado em lista tríplice para Senador do Império. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Jos%C3%A9_Lopes_Mendes_Ribeiro. Acesso em 23 de abr de 2024.

Método de Ensino Mútuo eram consequência da falta de conhecimento das suas noções elementares, vazio que seu compêndio pretendia preencher.

O Compêndio e as inserções no jornalismo do militar-professor¹⁶ demonstram que ele se encontrava empenhado em demonstrar o que resumia do que teria aprendido com o Prof. Nicolau Diniz José Reynaud no Rio de Janeiro. O momento do exame público se constituiu em cerimônia que deveria atestar a formação postulada pelo britânico Joseph Lancaster¹⁷, cujos fundamentos procuravam demonstrar alinhamento e fidelidade. Afinal, tratava-se de dar a ver os efeitos dos 108 pontos contidos no referido Compêndio que se destinava a apresentar ao respeitável público algumas explicações acerca do referido método, cujo objeto, segundo ele, motivara a impressão do “limitado Compêndio” (Marink, 1828).

Se fosse possível fazer uma síntese geral da operação do cadete-professor, poderíamos indicar que ela funciona em dois planos. O primeiro é da ordem da oposição, por meio da qual força uma polarização entre o *antigo* e o *novo* método. O *antigo*, descrito como “assaz reprovado” é comparado a um baixel em calmaria, embarcação que, por mais diligente que fosse o piloto, não saía do seu estado de letargia. O estado de inércia, por sua vez, vem associado igualmente ao estado de “arraigado terror” provocado pelo “fero despotismo” dos mestres e dos severos castigos, nem sempre motivados por delitos. Inércia, despotismo e injustiça são 3 dos marcadores do *antigo*. O *novo* era representado pelo negativo. Objeto de muitas conversações no Brasil, à vista do que vinha produzindo nos países mais civilizados da Europa, considerando seu regime, ordem, trabalho e desenvolvimento e a máxima de que “os meninos devem aprender brincando”. Brincadeira que serve como espécie de ironia¹⁸ quando observarmos o segundo plano da operação discursiva contida no referido Compêndio: o do detalhamento. Não é gratuita a estruturação em 7 capítulos, distribuídas em torno de 108 pontos, que recobre aspectos relacionados ao espaço, tempos, materiais

¹⁶ Para acompanhar parte da militância de Marink em favor do ensino mútuo na imprensa de Ouro Preto, cf. Gomes; Gondra; Fernandes, 2024.

¹⁷ No final de cada mês, os alunos são chamados por divisão, diante do professor sentado em sua mesa, e cada um deles é **examinado** e questionado sobre as lições de leitura que foram dadas em sua classe. Quem for considerado apto a passar é imediatamente matriculado na divisão superior e começará a estudar na segunda-feira seguinte. [...] No último sábado de cada mês, o professor elabora novas listas de turmas e insere as alterações no registro alfabético: como essas mudanças alteram os números das turmas de todos os alunos, na segunda-feira seguinte cada aluno vem dizer seu nome ao monitor da turma e recebe um novo número. Para os exames da classe de aritmética, o monitor geral escreve em sua lousa os nomes dos alunos que ele viu se destacarem, ou que os monitores da classe lhe apresentaram como merecedores de atenção especial: ao inspecionar essa lousa, o professor chama, no dia seguinte, os alunos cujos nomes estão escritos nela; ele os examina cuidadosamente e, se houver motivos para fazer quaisquer **promoções**, todas são registrada” (Hamel, 1818, p.121-122).

¹⁸ A ironia (ou antífrase) é uma figura de linguagem utilizada para dizer-se algo por meio de expressões que remetem propositalmente ao oposto do que se quis dizer.

diversos, saberes, emulações, adiantamentos e retardamentos nas classes e entre classes, faltas, atrasos, exames, prêmios, castigos, sinais, para enumerar alguns.

O ponto 32 parece funcionar bem para sinalizar os limites da aprendizagem pela brincadeira. Nesse ponto, busca sumarizar o que se encontra largamente documentado nos textos doutrinários de Joseph Lancaster, descrito como um homem de “grande engenho” pelo propagandista de Ouro Preto. De modo preciso, o ponto 32 trata da correção dos delitos. Para ele, os delinquentes deveriam ser submetidos aos seguintes castigos:

1. Privação do lugar,
2. Passagem de uma classe superior para uma classe inferior,
3. Passar de monitor a discípulo,
4. Não receber o prêmio conquistado,
5. Ajoelhar-se em diversos lugares conforme a vontade do professor,
6. Fazer o delituoso ser objeto de ludíbrio das arguições dos outros discípulos,
7. Ficar depois do horário da aula.

Finaliza com um etcétera e outros semelhantes, o que indica a diversidade das orientações em relação a esse ponto contido nos textos de Lancaster.

Por fim, o investimento na doutrinação, da divulgação regular dos fundamentos do cauchado Ensino Mútuo e a demonstração dos seus resultados em sessões públicas procuram preencher de sentido o que se encontra contido na epígrafe apócrifa do “Compendio explicativo sobre o methodo do ensino mutuo”: *“Fruto que forjou fraca razão é sujeito, oh leitor, à imperfeição”*.

Os materiais elaborados pelo autor britânico (Lancaster), popularizado por um professor na Corte (Reynaud) e “fielmente” sintetizado pelo cadete ouropretense indicam os compromissos, segundo eles, com uma razão forte e com a perfeição dos súditos. Para tanto, menos que aprender brincando, o que se percebe é a definição de uma pedagogia rigidamente estruturada, procurando regular os mínimos detalhes por meio de ações microcelulares, condição tida como necessária para que meninos e meninas aprendessem os lugares que o homem e a mulher deveriam ocupar na microssociedade das escolas e classes e, por extensão, na sociedade de um modo geral, isto é, de acordo com os seus merecimentos e condutas¹⁹.

A terceira é uma professora baiana. Trata-se de Faustina Adelaide Felisbella Umbelina de Barros²⁰, cuja carta é publicada em um jornal da Bahia e republicada no jornal *Aurora Fluminense*.

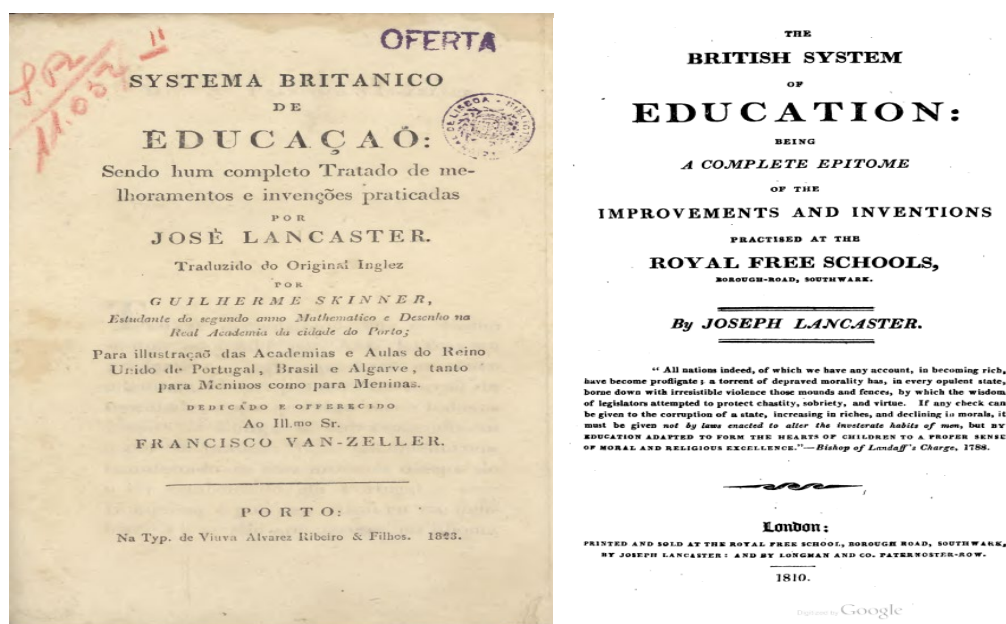
¹⁹ Para refletir a respeito do caráter disciplinar do Sistema do Ensino Mútuo, cf. Gondra 2024a.

²⁰ No inventário do Inep há uma relação de requerimentos da professora Faustina solicitando aumento dos ordenados, (s/d – Arquivo público, 1-9-10), um parecer do prof. J. S. Sento Sé favorável à entrega de utensílios do ensino mútuo à professora (12 nov 1831, Arquivo público, 32-9-10), um atestado apresentado às cadeiras vagas (27 jul 1830) e um parecer dos professores Manoel José Gonçalves Pereira e João Ladislau de Figueiredo Mello a um requerimento apresentado pela professora. (29 jul 1830, Arquivo público, 12-9-10). Inventário disponível em <https://bit.ly/3UR5aQu>. Acesso em 22 de mai 2024.

se²¹, do Rio de Janeiro. A republicação, expediente comum no jornalismo da época, reveste o texto de um relevo especial, como podemos perceber na espécie de carta publicada em duplicidade:

Sr. Redactor do Bahiano. Feliz da nossa Patria, e nós com ella, felizes os Bahianos, por termos hum Monarcha verdadeiramente Constitucional, assaz Bemfazejo, que Sancionou a Lei de 15 de Outubro de 1828, organizada pela nossa Assembleia Legislativa, que mandou criar Cadeiras de Primeiras Letras, pelo methodo do Ensino Mútuo a favor da mocidade, não só para meninos, como para meninas, em todas as Freguezias desta Cidade: cabendo-me ser provida na da Conceição da Praia, onde me acho residindo à Ladeira da Preguiça, com Aula aberta, desde o dia 17 de Agosto do corrente, prompta a receber minhas tenras Patricias, para lhes ministrar a educação escolar, que as prepare para que hum dia não invejem as heroínas das Nações cultas. Quando, Sr. Redactor, faria outro tanto o ferreo despotismo? Ah! Sr. Redactor, Constituição e mais Constituição, que he o bem que mais preza esta sua Patricia, que lhe roga a inserção destas linhas. –Faustina Adelaide Felisbella Umbelina de Barros (Aurora Fluminense, 1829, p. 1015).

Figura 4 – Capas dos livros de Joseph Lancaster (1810) e de Guilherme Skinner (1823).



Fontes: https://books.google.com.br/books?id=LtBCAQAAMAAJ&pg=PP10&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false e <https://purl.pt/30199>. Acesso em 25 jan 2025.

²¹ Publicada na 6^afa, 18 de setembro de 1829, no n.º. 241, p. 1015. Disponível em <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=1105>. Acesso em 7 mai 2024. Nesse impresso, ao longo do seu ciclo de vida, localizamos 20 ocorrências ao termo “ensino mútuo”, o que permite observar certa capilaridade da política e usos variados em aulas pública, privadas, confessionais, asilos, recolhimentos e prisões; por exemplo. Cabe advertir que essas ocorrências não esgotam a publicidade do método, pois o mesmo pode ser referido como monitorial, de decuriões, do Lancaster (e variações da grafia desse nome), o ensino por si, dentre outros. Cabe dar continuidade, de modo a aprofundar a reflexão a respeito da circulação e apropriação dos postulados do referido método nas páginas desse jornal.

A duplicidade da publicação pode ser atribuída ao alinhamento ao “monarca verdadeiramente constitucional” e “assaz benfazejo”, reforçado pela adesão provincial ao Ensino Mútuo, mas igualmente pelo público e tipo de argumento que emprega. Trata-se de uma aula pública de ensino mútuo destinada a atender as “tenras Patrícias” para que não invejassem as heroínas das nações cultas.

Até o presente momento, as sinalizações dos 2 professores e da professora remetem, ainda de uma forma genérica, ao sistema do ensino mútuo e os benefícios decorrentes de sua aplicação. Cabe observar, contudo, alguns dos fundamentos desse programa político-pedagógico. Para tanto, trabalhamos com uma tradução de um dos textos de Lancaster para língua portuguesa.

Chegamos, então, ao caso do estudante Guilherme Skinner. Dado a diversidade de estudos e materiais relativos ao chamado “Ensino mútuo”, focalizei uma tradução de um dos materiais de Lancaster (1810) realizada por um estudante português, como recurso para dar a ver a circulação desses postulados em partes do mundo lusófono. Não quero, com isso, dizer que foi a primeira, tampouco a principal estratégia de difusão desse projeto em língua portuguesa, tampouco na América portuguesa. Para sustentar essa afirmação basta observar a campanha contida no *Correio Braziliense* em 1816. Ao contrastar com originais de Lancaster (1810), o que foi publicado no jornal editado por Hipólito da Costa pode ser considerado um tipo de tradução de alguns postulados do jornal publicado em Londres (Leão, 2004; Bastos, 2005, Limeira; Gondra, 2022), fora a prescrição da lei geral de ensino de 1827, medida que oficializa e busca imprimir legitimidade e legalidade ao referido método nas terras brasilienses, com efeitos os mais diversos.

O estudante do segundo ano de matemática e desenho na Real Academia da cidade do Porto informa, na capa, que a tradução do “original inglês” se destinava às Academias e Aulas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, tanto para Meninos como para Meninas, tendo sido “dedicado e oferecido” ao Ilmo Sr. Francisco Van-Zeller, a cujo mecenato recorria para assegurar a publicação do livro em 1823.

Na busca do apoio, ao dedicar o livro ao mecenas, o estudante do Porto, afirma que o ensino mútuo adotado por José Lancaster produzira, na Inglaterra, “[...] hum excessivo adiantamento na primeira instrução da mocidade [...]” (Skinner, 1823), e que por essa razão, segundo ele, todas as Nações da Europa estavam se esmerando para pô-lo em prática. Na sequência, assinala:

V. S^a igualmente tem manifestado os seus ardentes desejos de o ver estabelecido em Portugal e seus Dominios, e por essa razão eu me deliberei a que elle apparecesse no idioma Portuguez traduzido do seu original; e julgo cora toda a ufania não poder procurar por Mecenas deste meu primeiro ensaio ele traducção senão a V. S^a, a quem com o mais respeitoso acatamento o dedico: e espero merecer de V. S^a

aquelle agasalho que encontram os que com decidido respeito são, como eu De V. S^a Muito attento Venerador (Skinner, 1823, p. 8).

Ao ir ao encontro dos ardentes desejos do mecenas, encontrou, enfim, o agasalho suficiente que assegurou as condições para a publicação da referida tradução. Ao fim e ao cabo, o material assume uma estrutura em torno de 14 capítulos, como se segue:

Quadro 1 – Estrutura do livro “Systema britânico de educação: Sendo hum completo Tratado de melhoramentos e invenções praticadas por José Lancaster”.

Partes	Título	Páginas
I	DEDICATÓRIA	7
II	PRÓLOGO	9
III	DAS SALAS PARA AS AULAS, ESCRIVANINHAS E ARRANJOS PREPARATÓRIOS. • Arranjo dos chapéus • Modo de arranjar as Classes • Diferente construção de Classes • Ordem das Classes daqueles que aprendem a ler • Gradação de Classes para aprender a escrever • Gradação de Classes para aprender a Aritmética • Modo de examinar os pupilos, e arranjá-los em Classes para aprenderem a ler e escrever • Modo de escrever nas Classes • Modo de formar uma Aula em classes aritméticas	11
IV	MÉTODO DE ENSINAR O ALFABETO OU PRIMEIRA CLASSE • Método auxiliar de ensinar o Alfabeto escrevendo na areia ou lousa • Novo método de ensinar o Alfabeto • Segunda Classe • Novo método de ensinar a soletrar escrevendo • Um método de ensinar a ler e escrever, pelo qual um livro servirá em lugar de seiscentos • Método extemporâneo para soletrar	19
V	NOVO MÉTODO DE ENSINAR ARITMÉTICA • Primeira Classe - De cifrar • Primeira Classe - De Aritmética • Novo método para ensinar as quatro regras de Aritmética • Aritmética pela leitura • Método extemporâneo de Aritmética • Outro método para examinar o saber de seus discípulos em Aritmética • Novo método de passar revista aos meninos pelos ausentes • Decurião dos ausentes.	33
VI	INSPEÇÃO	47

VII	EMULAÇÃO E PRÊMIOS • Bilhetes para prêmios • Ordem de Merecimento - um outro método para ensinar a mocidade que se distingue pela sua aplicação ao estudo, e é igualmente honorífico, e menos expensioso • Bilhetes de prêmios • Cartas recomendatórias • Emulação entre Classes	50
VIII	DAS OFENSAS E QUEIXAS • Principais faltas que ocorrem nas aulas • Regra e ordem pela qual os decuriões fazem queixas	57
IX	INSTRUMENTOS E MODOS DE CASTIGOS • Das Cadeias de pau • A Cesta • A caravana • Proclamação dos erros de um ofensor perante a Aula • Falta de limpeza • Da prisão depois da aula • Tom de cantar ao ler • Escritos de vergonha • Outra qualidade de castigos	59
X	SUBSTITUTOS E DECURIÕES	65
XI	DAS ORDENS E MANDADOS	67
XII	DECURIÕES • Dos decuriões que ensinam, e as qualificações necessárias para tais empregos, e o modo de determinar estas qualificações • Regras para nomear decuriões do ensino • Dos bilhetes dos decuriões, lista do substituto, e ofício do decurião geral • Dos deveres dos Decuriões	70
XIII	OBSERVAÇÕES PARA OS MESTRES • De um erro comum entre os mestres.	75
XIV	APÊNDICE - DO ARRANJO DAS AULAS E SEU FORNECIMENTO • Do arranjo das lições para as classes • Arranjo das lousas • Lousas • Areia • Fornecimento da Aula - Lista das coisas necessárias para a aula debaixo deste plano de educação. • Vantagens que se derivam de estender este plano às aulas chamadas de Domingo.	77
XV	EDUCAÇÃO DAS MENINAS.	81
XVI	EXPLICAÇÃO DAS ESTAMPAS • Estampa nº 1 - Dos lugares para quando vão ler • Estampa nº 2 • Estampa nº 3	82

XVII	PÓS-FÁCIO (?) “Que serviço mais interessante se pode fazer ao Estado do que o de lhe instruir os filhos? De todos os empregos públicos o mais interessante he o de educar bem a mocidade. O Estado de nada necessita mais que de bons Cidadãos; ora, a natureza não he quem os faz, He sim a boa educação.”	84
------	--	----

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um comentário a respeito da tradução do estudante do Porto requer um recuo ao prólogo, no qual ele apresenta motivos e condições nas quais desempenhara a tarefa.

PROLOGO.

Parecendo-me que o dever de todo o homem he empregar o seu tempo com utilidade, tanto para si como para com todos; e vendo eu que do tempo dos meus estudos me sobejavaõ alguns entrevalos, lancei mão da presente obra para a traduzir em Portuguez: bem conheço que os meus poucos annos e os meus talentos não podem levar a hum excellente grão de perfeição esta traducção; porem, como o meu intento he ser util á Nação com huma obra que julgo ser-lhe muito interessante por ser a primeira que sahe á luz, e que seu Author JOSE' LANCASTER com ella tanto bem fez á mocidade ;por isso espero desculpa da benevolência dos leitores, pois, como já em toda a Europa se acha estabelecido este Systema de Ensino Mutuo, bom será que em Portugal e seus Domínios se adopte, e que os Srs. Professores fação toda a diligencia em guiar seus discipulos pelo methodo de tão Illustre Author Britânico (Skinner, 1823, p. 9).

Ora, como podemos observar os dois professores, a professora e o estudante se encontram conectados com os debates pedagógicos da época e parecem compartilhar de certa compreensão do que se fazia necessário para inventar o Brasil. Uma das condições para forjar a Nação e os/as brasileiros/as consistia precisamente no emprego de uma tecnologia que proporcionasse o confisco geral dos corpos, do tempo e da vida. Nesse marco, o sistema do ensino mútuo é representado como uma peça estratégica no projeto de nacionalização posto em curso no pós-independência²². Com isso, encaminho para segunda parte da conferência, na qual procuro explorar aspectos da engrenagem escolar em suas complexas mediações, considerando a política de *instruir por si mesmo*, um dos pilares do chamado ensino mútuo.

²² Para uma reflexão mais geral a respeito da educação no Império brasileiro, cf. Gondra e Schueler, (2008) e Faria Filho (2003).

3 Escolarização, mutualismo e relações de poder

A invenção e reinvenções da escola como *instituição* se encontra articulada ao que podemos chamar de sociedade disciplinar, típica dos séculos XVII e XVIII no mundo europeu, como postulado por Michel Foucault (1978, 1991, 1999, 2003, 2006)²³. Nesse caso, cabe indagar: como o par instituição-disciplina se estrutura e funciona? Essa vinculação aparece no exame do funcionamento da sociedade, no enfraquecimento e desaparecimento do poder soberano, nas lutas políticas travadas entre igreja, burguesia e aristocracia, com toda a rede de apoio associada a cada uma dessas ordens, cujo efeito maior foi o fortalecimento da burguesia, invenção do Estado e criação de um conjunto amplo de mecanismos que vão apoiar e dar sustentação ao próprio Estado. Portanto, ao examinar quartéis, prisões, hospícios, exército, asilos, fisco e escolas, por exemplo, Foucault (1991) procurou demonstrar como esta aparelhagem se encontra associada ao Estado, que também assume as competências relativas ao funcionamento, gestão e a universalidade desses diferentes equipamentos. Trata-se de pensar uma rede de monopólios que, de sua parte, organiza e ajuda a (re)produzir o próprio Estado.

Desta institucionalização geral ou desta rede de monopólios, se preferirem, vou trazer alguns exemplos tomados do fenômeno que nos interessa, que é a formação por meio da escola. A questão geral me parece ser interrogar o aparecimento da escola, desta nova tecnologia do social e, em um segundo lance, perguntar a respeito da estatização deste equipamento.

Neste sentido, cabe juntar o elemento disciplinar, próprio da instituição, com o elemento normalizador, próprio da regulamentação. Neste sentido, como o Estado independente procurou tratar e regulamentar a escola? A partir de quando? Com que finalidades? Que alterações promove na própria atividade reguladora?

Uma primeira aproximação leva a pensar que a escola emerge a partir de um diagnóstico que considera a mesma como uma necessidade. Ela pretende preencher uma falta que ela mesmo ajuda a instituir, cuja falta pretende preencher. Falta de fé, se pensarmos na onda escolar associada aos projetos católicos e protestantes do século XVI. Falta de juízo, razão ou ciência, se pensarmos a escola estatal, nascida na esfera do complexo projeto iluminista. Nesta chave, a necessidade forja outro par de opostos. Desta vez é o bárbaro contra o civilizado. No entanto, como a maquinaria escolar é montada, que estrutura lhe é imposta e como deveria funcionar? Chamarei atenção para 7 pontos:

1. **Não pode ser homogênea**, deve ser estratificada do ponto de vista
 - a) Hierarquização dos saberes – elementar, secundário e superior
 - b) Estratificação dos agentes – gestores, fiscais, professores, familiares e alunos
 - c) Diferenciação dos saberes – horizontal e verticalmente
2. **Localização definida** – não pode ser posta em qualquer lugar

²³ A esse respeito, ver também Revel (2006); Machado (2006, 2017) e Castro (2004).

3. **Definição do tempo** – internato ou externato (com repartição interna no ano, na semana, no dia)
4. **Delimitação do alcance** (gênero, idade, condição social, saúde, duração)
5. **Estabelecimento do método** – para ensinar e castigar
6. **Fabricação de materiais escolares**
7. **Confecção de mobiliário, uniformes**

Creio que em linhas grossas, podemos dizer que estes sete pontos, articulados de modos muitos distintos, podem ser considerados como as propriedades gerais do equipamento escolar, destinado a incidir sobre os sujeitos, seus corpos, condutas e vontades. Desse modo possível perceber traços vigorosos da dimensão disciplinar. Com isso, a forma disciplinar é abraçada pelo Estado para poder governar as populações. Neste sentido, a escola deve ser regulamentada com base em um certo diagnóstico ou descrição que se faz da população em nome do projeto que se pretende implantar. Portanto, há que se definir, regulamentar a forma e alcance que se pretende para esta máquina a partir do tempo e da lógica do novo Estado independente.

Se esta matriz geral ajuda a pensar o aparecimento e funcionamento da escola, se faz necessário pensar o poder e suas relações: Afinal, retomando os termos do inquérito sugerido por Foucault (1999), o que deve ser observado?

- Como o poder funciona?
- Que sistema de diferenciação permite que uns atuem sobre os outros?
- Quais objetivos são perseguidos?
- Quais tipos de modalidades institucionais são empregados?
- Que formas de instituição estão implicadas?
- Qual tipo de racionalidade se encontra em jogo?

Como é possível notar, na genealogia (Castro, 2004) não se trata mais de responder o que é o poder, mas tornar perceptível o jogo e a trama do seu funcionamento, finalidades e efeitos desejados. O que parece ser bastante fértil para problematizar as instituições, tomando como referência central o caso da escola.

Ao precisar um pouco mais sua compreensão do poder disciplinar, Foucault (1999) se aproxima do problema que mais nos interessa, isto é, das articulações entre corpo-poder. Para ele, o poder disciplinar nada mais é que uma forma de certo modo terminal e capilar. Trata-se de uma última intermediação, certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar os corpos, agir sobre eles, levar em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, a maneira como todos esses poderes, concentrando-se para baixo até tocar os próprios corpos individuais, trabalham, modificam, dirigem “as fibras moles do cérebro”. Neste sentido, o poder disciplinar seria certa modalidade, bem específica de nossa sociedade, do que se poderia chamar de contato sináptico corpo-poder (1999). Considerando estas coordenadas gerais, o poder disciplinar é descrito com base em três características:

1 - O poder disciplinar implica em uma apropriação total ou tende a ser uma apropriação exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo, do comportamento do indivíduo. O exemplo oferecido para demonstrar este traço é o aparecimento do esquema disciplinar no exército a partir de meados do século XVII, com o instituto do aquartelamento. A disciplina começa a ser o confisco geral do corpo, do tempo, da vida. Como sabemos, a existência e ajustes permanentes no sistema disciplinar também se constitui em um dos alicerces da aparelhagem de formação escolar.

2 - O poder disciplinar é contínuo, estando perpetuamente sobre o olhar de alguém ou na situação de ser olhado. Olha para o futuro, para o momento em que a coisa funcionará sozinha, em que a vigilância poderá não ser mais que virtual, em que a disciplina, por conseguinte, tornar-se-á um hábito. Aqui dois exemplos que organizam a disciplina: a figura do exercício e a da escrita. No primeiro caso, tratando-se do exercício corporal, este é descrito como um adestramento do corpo, adestramento da habilidade, da marcha, da resistência, dos movimentos elementares, e isso segundo uma escala gradual. No segundo caso, para assumir global e permanentemente o corpo do indivíduo, a escrita vai ser um instrumento necessário. Inicialmente, para garantir a notação e registro de tudo o que acontece, de tudo o que o indivíduo faz, de tudo o que ele diz; depois, para transmitir a informação de baixo para cima, ao longo da escala hierárquica e, por fim, para poder tornar sempre acessível essa informação e assegurar assim o princípio da onivisibilidade. É a escrita como condição de funcionamento do princípio panóptico, base da disciplina.

3 - O poder disciplinar é isotópico ou tende a isotopia e isto representa várias coisas. Primeiro é que em um dispositivo disciplinar, cada elemento tem seu lugar bem determinado; ele tem seus elementos subordinados, tem seus elementos superordenados, como as patentes no exército. Na escola, a nítida distinção entre as diferentes classes de idade e, nas diferentes classes de idade, a posição de cada um na classe se constituem em exemplos desta *propriedade* do poder disciplinar. No caso do sistema do ensino mútuo, a organização das classes por níveis de adiantamento, o número de classes, número de estudantes por classe, articulado às medidas de promoção, retenção e recuo, bem como às técnicas de recompensas e penalidades oferecem uma boa medida para dar a medida do caráter isotópico das relações de poder.

Nesta forma de pensar o poder e seu funcionamento, os elementos constituintes dos processos disciplinares supõem uma fixação espacial, a extração ótima do tempo, a aplicação e a exploração das forças do corpo por uma regulamentação dos gestos, das atitudes e da atenção, a constituição de uma vigilância constante e de um poder punitivo imediato. Trata-se da organização de um poder regulamentar que, em si, em seu funcionamento é anônimo, não individual, resultando sempre em uma identificação das individualidades sujeitadas (Foucault, 1999. Então, cabe interrogar: o que estava em questão na instituição geral dos dispositivos disciplinares? *A acumulação dos homens*, responde Foucault (1999). Mas o que isto representa? Isto representaria uma ação paralela à acumulação dos capitais. E, para tornar possível a reprodução e expansão do capital, foi necessário realizar uma

distribuição da força de trabalho presente em cada singularidade somática para maximizar a utilização possível dos homens, para tornar todos os indivíduos utilizáveis e elevar a rentabilidade do tempo do trabalho, aprendizagem, aperfeiçoamento, do tempo da aquisição dos saberes e das aptidões. Em forma de síntese, afirma:

Esse triplice função das técnicas de acumulação dos homens e das forças de trabalho, esse triplice aspecto é, creio, a razão pela qual foram instituídos, testados, elaborados, aperfeiçoados os diversos dispositivos disciplinares. A extensão das disciplinas, seu deslocamento, sua migração, da sua função lateral para a função central e geral que exercem a partir do século XVIII, estão ligadas a essa acumulação dos homens e ao papel da acumulação dos homens na sociedade capitalista (Foucault, 1999, p. 90).

Pensado nos termos de uma microfísica, para o autor, o poder disciplinar encontra sua formalização mais acabada no *Panopticon* de Jeremy Bentham²⁴. Este modelo de funcionamento do poder disciplinar é tomado como uma forma para toda uma série de instituições (prisão, escolas, hospital, oficina, orfanato, fábrica,...), sendo um esquema, uma espécie de mecanismo que possibilita que o poder atinja o máximo de sua força. Trata-se de tornar a força do poder mais intensa, sua distribuição melhor, seu alvo de aplicação mais certo (1999).

Esta forma do poder age, inclusive, nas instituições que não seguem rigorosamente este modelo, mas a ele se encontram diretamente ligado, como é o caso da família, por exemplo. Embora funcione segundo uma dinâmica mais próxima a do poder soberano, à família cabe desempenhar o papel de deliberar acerca do normal e do regular. Cabe a ela remeter aqueles classificados de anormais e irregulares às instituições construídas para lidar com as anormalidades/ irregularidades. É, pois, ao fim da operação desenvolvida no interior dessas máquinas à serviço da disciplina, que o indivíduo pode finalmente voltar a figurar na morfologia da família normalizada e normalizadora. Deste modo, embora o poder da família seja assemelhado ao poder soberano, esta, para funcionar, precisa estar em permanente articulação com as instituições caracterizadas pelo poder disciplinar, isto é, uma ação discreta, confiscadora dos corpos, do tempo e da vida; a ser exercida de forma contínua e isotópica, como se pode observar nos detalhamentos contidos nas postulações dos advogados da pedagogia mutualista.

4 Considerações finais

Para finalizar três notas.

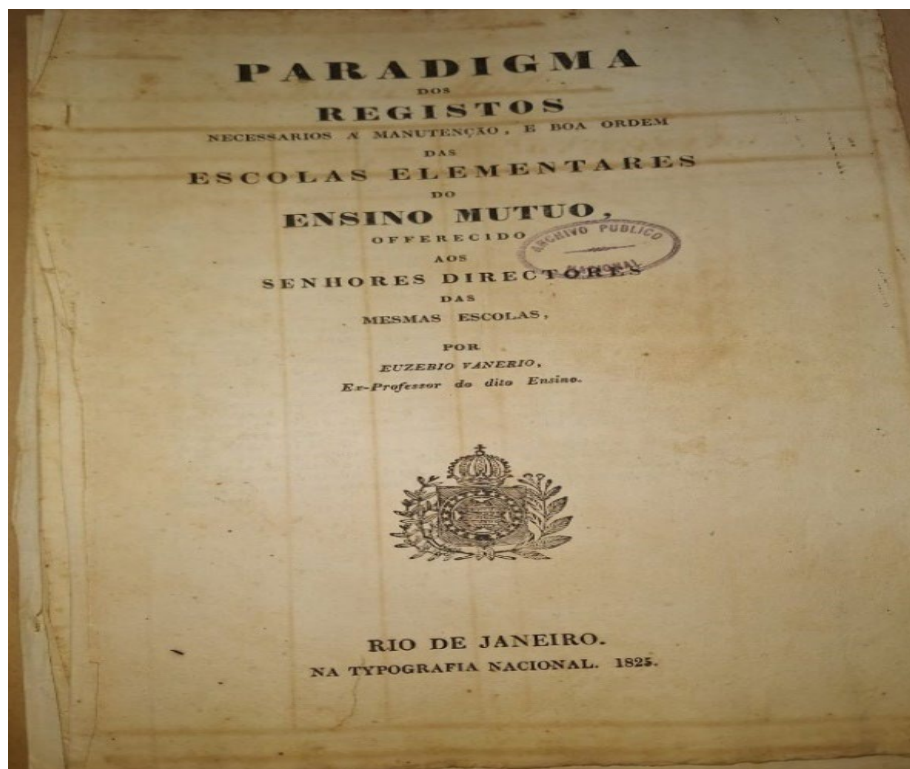
A primeira retorna às palavras do professor de Ouro Preto. Para Marink (1828), nada se praticava no ensino mútuo, que não se destinasse a fazer conhecer ao menino o verda-

²⁴ Para pensar o modo como Foucault se refere às postulações de Bentham, cf Foucault (1978), especialmente a entrevista “O olho do poder”.

deiro lugar do homem na sociedade. Segundo ele, o Ensino Mútuo ainda não estava bem ordenado no Brasil. A imperfeição era atribuída à pouca cautela com que foi “cá plantado”, sendo “[...] mister que todos os Professores fação hum particular estudo para o elevar a melhor grao de perfeição [...]” (Marink, 1828).

A segunda nota remete ao grau de formalização das escolas de ensino mútuo., como pode ser visto no material produzido pelo multifacetado Euzébio.

Figura 5 – Capa do Paradigma dos Registos (1825).



Fonte: Arquivo Nacional – Série IE5-01 – Fundo 93.

Vanério, em 1825, intitulado “Paradigma²⁵ dos registos²⁶ necessários a manutenção e boa ordem das escolas elementares do ensino mútuo”. Esse documento estabelece como deveria se dar a escrituração escolar, sendo composto por sete modelos, a saber:

1. Registo da Comunicação entre os Instituidores, e os Directores, Governo d’Estado, ou de Provincia, e mais Authoridades, com quem tenham de entender-se, sobre objectos relativos ás Aulas do dito Ensino.

²⁵ De acordo com o dicionário de Pinto (1832), o termo equivale a “exemplar”, isto é, modelo que se deve imitar, que deve servir como exemplo.

²⁶ De acordo com o dicionário de Pinto (1832) admitia-se as duas grafias para o termo: registo e registro. Trata-se, no caso, de um livro em que se lança por escrito uma coisa para lembrança. A escritura que consta que se registrou.

2. Registo da correspondencia com os Pais dos Alumnos, quer por motivos de demissões forçadas dos mesmos, quer por faltas á Aula, ou outros taes motivos.
3. Registo da matricula dos Candidatos, na qual devem ser alistados, logo que se conheça a que Classes devem pertencer.
4. Registo da lista de Classes, pelas quaes cada Monitor faz diariamente a chamada na sua respectiva Classe, e participa ao Instituidor o estado d'ella.
5. Registo do Estado effectivo de cada classe diariamente, com o total dos Alumnos presentes ausentes, e estado completo
6. Registo da Frequentação dos Alumnos ás Sessões da Aula durante o tempo do seu alistamento
7. Registo Alphabetico, ou Geral de todos os Candidatos, que se alistarem em qualquer Escola desde a sua instituição até á sua cessação.

Ao destinar o material aos diretores das escolas de ensino mútuo, adverte que a trata-se de registos indispensáveis à manutenção e boa ordem das escolas. Não bastasse descrever os sete livros, o autor apresenta os modelos a serem reproduzidos e adotados pelos/as professores/as nas escolas de primeiras letras. Desse conjunto de fichas, para efeitos de uma análise inicial, destaco o sétimo.

Figura 6 – Registo alfabético (Vanério, 1825).

N.º 7.

REGISTO-ALPHABETICO DE TODOS OS CANDIDATOS MATRICULADOS NA AULA

PEDRO PRIMEIRO,

ELEMENTAR DO ENSINO-MUTUO EM A VILLA (TAL) DA PROVINCIA (TAL) DO IMPERIO DO BRASIL

DES DE A SUA INSTITUIÇÃO A SUA CESSAÇÃO.

NOMES.	N.º	MORADIA.	ENTRADA.	CLASSES DE LEITURA.										CLASSES DE ARITHMETICA.										SAHIDA.	OBSERVAÇÃO.
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Antonio Francisco	5	R. Alfandega	N. 17	18 ²⁵ / ₁	25	4	11	21	18	14	29	19	45	13	2	10	19	15	18	13	18	18	18	18 ¹⁰ / ₁₅	Prompto em 1.º, 7.º, 19.º. Sábdo.
Amancio Lias	13	„ dita	22	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	Nenhuma assiduidade.
Agostinho Fernandes	15	„ Larga	51	18 ⁴ / ₄₅	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	Por vadio, e incorrigivel.
Bento Pitanga	1	„ Direita	7	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	
Bernardo Ananias	20	„ Ajuda	18	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	
Basilio Cosme	17	„ dita	14	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	
Cactano Julio	8	„ Hospicio	25	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	
Constantino Jorge	16	„ Ortas	13	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	
Cornelio Franca	9	„ Taboão	40	18 ¹⁵ / ₂₃	24	19	17	2	1	3	25	6	1	2	7	5	8	11	12	13	14	15	18	18 ¹⁰ / ₂₁	

N.º 7. Pelo methodo acima se vai marcando a entrada, progresso, sahida, e motivo d'ella a todos os Candidatos.

Neste Registo he necessario separar certo N.º de folhas para cada letra do alphabeto. A sua escripturação joga com as Listas de Classes, e mais registos; os numeros por cima da riscas na columna das Classes, mostra o dia do mez em que passou, assim como o de baixo, o respectivo mez.

Fonte: Arquivo Nacional – Série IE5-01 – Fundo 93.

Como se pode perceber na sétima ficha, qualifica-se a escola, sua localização, os alunos, o número de identificação dos mesmos nas diferentes classes, moradia, data de en-

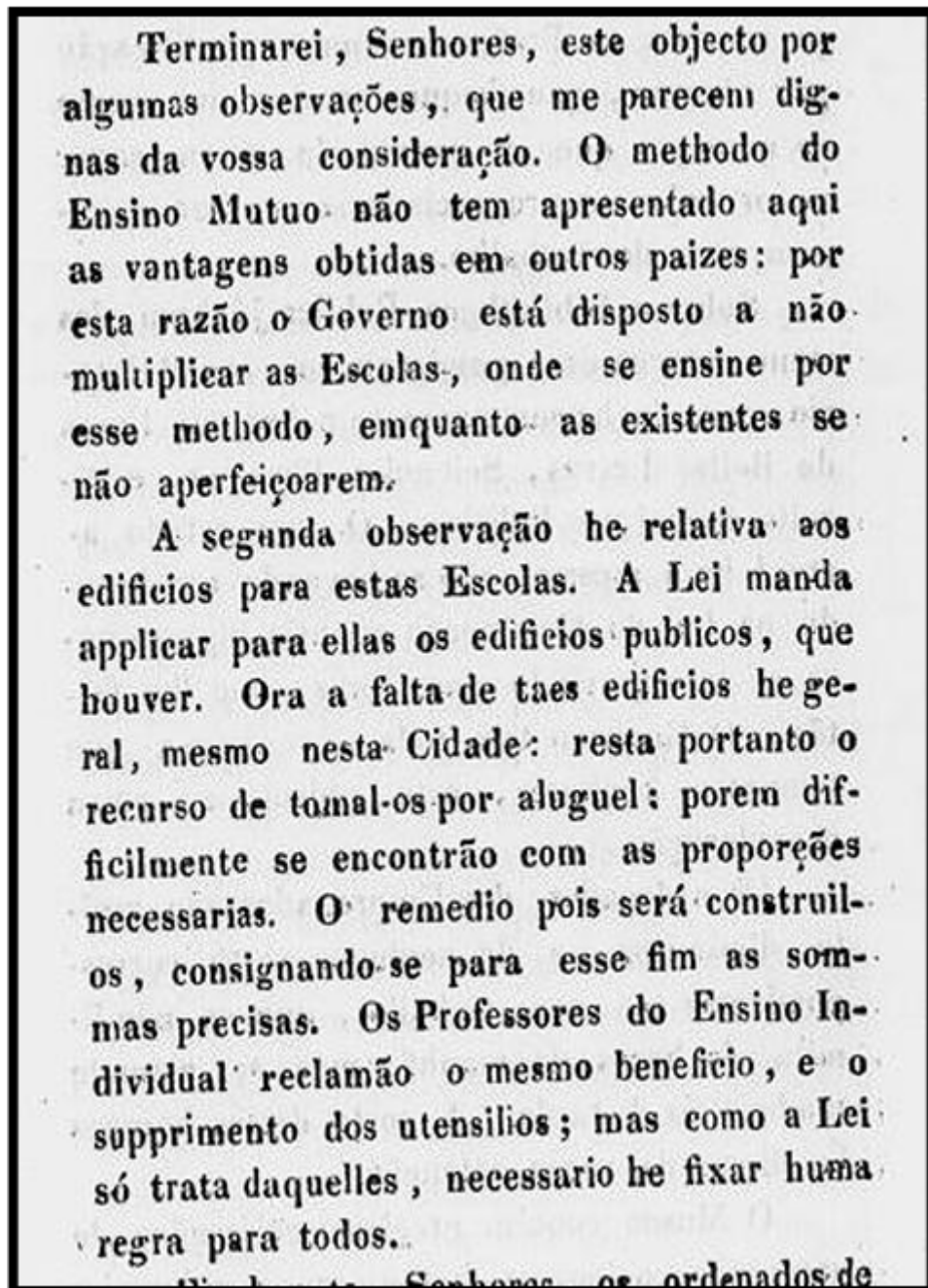
trada, adiantamento nas classes de leitura e aritmética, data de saída e, um último campo, destinado a observações complementares que pudessem vir a refinar a descrição dos/as alunos/as no que se refere às razões que poderiam levar à saída da escola. A ficha oferece alguns dos critérios para justificar o término da experiência escolar: por promoção, assiduidade, vadiagem e pelo caráter incorrigível do/a aluno/a.

Como tenho argumentado, do ponto de vista doutrinário, o sistema do ensino mútuo visava otimizar ao máximo as forças, por meio do confisco geral do corpo, do tempo, da vida. Para tanto, a regulação e controle do detalhe via escrituração se fazia, como afirmado por Euzébio Vanério (1825), algo indispensável. No entanto, para que tal engrenagem atingisse o seu ótimo era necessário considerar a orientação do cadete-professor de Ouro Preto. Para ele, os professores deveriam ser bem formados, de modo que o sistema pudesse atingir o melhor grau de perfeição. O diagnóstico e projeção do mineiro encontram uma espécie de repercussão no relatório ministerial de 1832²⁷, ocasião em que o ministro, Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro²⁸ assinala:

²⁷ Uma pista complementar das dificuldades de implantação do sistema do ensino mútuo no Brasil pode ser observada no DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1829 que “Declara extincta a Junta Directora do Ensino Mutuo: Tendo a Lei de 15 de Outubro de 1827 designado as Autoridades á quem compete exercer a direcção das Escolas de primeira letras pelo systema de Ensino Mutuo, commettida antes á Junta Directora do mesmo: Hei por bem Declarar que tem cessado as funcções da dita Junta por não ser necessaria a sua continuação á vista da sobredita Lei; Louvando aos Membros, que a compozeram, pelo zelo e patriotismo, que mostraram no desempenho das obrigações. José Clemente Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de março de mil oitocentos vinte e nove, oitavo da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. José Clemente Pereira.”

²⁸ De acordo com Blake (1893), Vergueiro nasceu em Valporto, termo da cidade de Bragança, em Portugal, em 20 de dezembro de 1778, tendo falecido no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1839. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, veio logo para o Brasil, sua pátria adoptiva, em 1805 e como advogado estabeleceu-se em São Paulo, retirando-se mais tarde para sua fazenda (Ibicaba) onde iniciou o trabalho livre pelo colono europeu. Representou esta província nas cortes portuguesas em 1822, na constituinte brasileira em 1823, e na primeira legislatura, e foi eleito senador por Minas Geraes em 1828. Ocupou a pasta do Império e interinamente a da Fazenda em 1832, e a da Justiça em 1817; foi um dos membros da regência provisória depois da abdicação de D. Pedro I; dirigiu a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (São Paulo), de 1837 a 1842, tendo sido um dos membros do primeiro governo dessa província. Foi um dos mais esforçados obreiros da independência do Império, tendo nas cortes portuguesas, como membro da comissão política do Brasil, apresentado seu voto em separado, que foi tenazmente combatido e considerado como a proclamação mais enérgica dessa independência e tendo depois recusado sua assinatura à constituição portuguesa. (...) Era do conselho de sua majestade o Imperador, gentil-homem honorário da imperial câmara; grã-cruz da ordem do Cruzeiro, membro do Instituto histórico e geográfico brasileiro. (Blake, 1893, vol. 6, p. 313).

Figura 7- Fragmento do relatório Ministerial, 1832.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional²⁹.

De acordo com o ministro, o aperfeiçoamento desejado pelo professor mineiro, transcorridos quatro anos da publicação do Compêndio de Marink, ainda não se verificara, o que o levava a determinar a não multiplicação desse tipo de escola, chamando atenção para os problemas relativos aos edifícios escolares e suprimimento de utensílios necessários para

²⁹ Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720968&pagfis=1>. Acesso em 25 de jan de 2025

pôr o sistema em perfeito funcionamento. O balanço ministerial, contudo, não implica em renúncia à formulação de projetos destinados à formação inicial das populações, inclusive e, de modo especial, na conjuntura em que se fazia necessário formar “brasileiros”³⁰. Ao contrário, eles proliferam, cada qual reivindicando ter encontrado e ser dotado da melhor fórmula para dar conta de regular o múltiplo e o perigoso. Desse modo, a crítica do ministro parece estar ancorada em uma velha tradição reformista, indicando, como se pode perceber, as limitações e insuficiências de um determinado modelo, sem que isso considere o abandono dos projetos que visavam (e visam) confiscar o corpo, o tempo e a vida, sobretudo das populações mais vulneráveis, via de regra representadas como as mais perigosas.

³⁰ A respeito da formação de *brasileiros* como parte do projeto da emancipação nacional, cf. o episódio 1 da série “Se liga na história”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K5-ga3Aexjo>. Acesso em 25 de jan de 2025.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO TARAZONA, Álvaro; VILLAMIZAR PALACIOS, Carlos. Origen de escuela lancasteriana en Colombia: historiografía y propósito de implementación en la Constitución de Cúcuta de 1821 **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. vol. 26 n. 42, 2024.
- ANUNCIAÇÃO, Ana Luzia. **Pedagogia liberal e Instrução Pública na província de Minas Gerais: a escola normal de Ouro Preto (1835-1852)**. [Dissertação de Mestrado]. UFOP, Minas Gerais, 2011.
- BAEZA, Andrés. One Local Dimension of a Global Project: The Introduction of the Monitorial System of Education in Post-Independent Chile, 1821–1833. **Bulletin of Latin America Research**, 36: 340-353, 2016.
- BASTOS, Maria Helena C.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Porto Alegre, RS: Passo Fundo, EDIUPF, 1999.
- BASTOS, Maria Helena C., A Educação Elementar e o Método Lancaster no Correio Braziliense (1816). **Revista História da Educação**, local, v. xx, n. 17, p. 193-222, 2005. 9, nº. 17 (2005):193-222. Redalyc, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627121013>. Acesso em: 25 jan 2025.
- BLAKE, Sacramento. **Dicionário. bibliográfico brasileiro**, v. 2 e 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CARUSO, Marcelo; ROLDÁN VERA, Eugenia. Pluralizing Meanings: The Monitorial System of Education in Latin America in the Early Nineteenth Century. **Paedagogica Historica**, 41(6), 2005m, p.645–654. <https://doi.org/10.1080/00309230500336707>
- CARUSO, Marcelo. Order through the Gaze: A Comparative Perspective of the Construction of Visibility in Monitorial Schooling (German States-Spain, approx. 1815–1848). **Encounters on Education**. Volume 9, Fall 2008, pp. 147–172.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.
- FARIA FILHO, Luciano. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX. In: GONDRA, José; MAGALDI, Ana; ALVES, Claudia (org). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- FARIA FILHO, Luciano; ROSA, Walquíria. O ensino mútuo em Minas Gerais (1823-1842). In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Porto Alegre: Passo Fundo, EDIUPF, 1999.
- FERREIRA, Dirce N. A.; SCHWARTZ, Cleonara. M. Política, poder e instrução: a educação feminina no método Lancasteriano (uma análise da lei 15 de outubro de 1827, à luz do ensino mútuo). **Revista Brasileira de História da Educação**, local, v. 14, n. 1[34], p. 49-72, 24 abr. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Raízes Históricas da Escola Pública no Rio de Janeiro. *In*: GONDRA, José; MAGALDI, Ana; ALVES, Claudia (org.). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONDRA, José. G. Independência e Instrução no Brasil, Chile e nos Estados Unidos da América (XIX e XX). **Revista História da Educação**, [s. l.], v. 25, p. e106141, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/106141>. Acesso em: 2 jun. 2024.
- GONDRA, José. O fim de uma longa tutela lusitana. *In*: LIMEIRA, Aline; SILVA, Edgleide da; GONDRA, José (org.). **Independência & Instrução no Brasil**: história, memória e formação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- GONDRA, José. **O confisco geral do corpo, do tempo, da vida**: emancipar e formar brasileiros, brasileiros/as, brasileiros/as. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F9D1L1VNUew&list=PLkUyquGEETNk8qImSM2jsylZpD6urWS9V&index=5> Acesso em: 1 ago. 2024.
- GONDRA, José. **Uma arte das doses**: microgoverno da vida, das aulas, história e educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ctNb_9Veo0g Acesso em 1 ago. 2024a.
- HAMEL, Joseph. **L'enseignement mutuel ou Historie de L'Introduction**: de la propagation de cette méthode du docteur Bell, de J. Lancaster et D'Autres. Imprimeur-libraire de la Société Pour L'Instruction Élémentaire: Paris, 1818.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. [Dissertação de Mestrado]. UFMG, Minas Gerais, 2003.
- JÁUREGUI, Ramón M. El método de Lancaster. **Educere**, vol. 7, núm. 22, julio-septiembre, 2003, pp. 225-228.
- JINZENJI, M. Y. As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas às práticas. **Revista Brasileira de História da Educação**, local, v. 10, n. 1 [22], p. 169-197, 16 jan. 2012.
- LAÍNEZ, Alejandro; FRANÇA, Denise; LUSTOSA, Francisca; VILANOVA, Francisco (org.). **Liberdade no/do Brasil?**: Os processos da independência das populações (1815-2022). Rio de Janeiro: Mauad X. Faperj, 2023.
- LANCASTER, Joseph. **The British System of Education**: Being a complete epitome of the improvements and inventions practised at Royal Free Schools, Burough-Road. Southwark . London: The Royal Free School, 1810.

LANCASTER, Joseph. **Systema britanico de educação**. Tradução SKINNER, Guilherme. Porto: Typ. da Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos. 1823.

LEÃO, Mucio. Notícia sobre Hipólito da Costa - esboço de uma biografia. In: COSTA, Hipólito. **Diário da minha viagem para Filadélfia: 1798-1799**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1094> Acesso em 31 mai 2024.

LIMEIRA, Aline; GONDRA, José. **Educação e processos de emancipação no Brasil: novas abordagens e perspectivas (1815-1872)**. Curitiba: Appris, 2022.

GOMES, Luiz Tiago; GONDRA, José; FERNANDES, Rafaela. 2024. “Minha glória depende de vós”: representações do Método Mútuo e do professor em *O Universal* (1825-1828). **XII CBHE**, Natal, 2024 (mimeo).

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

NEVES, Fátima Maria. **O método Lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo** (São Paulo, 1808-1889). 293 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003

OLIVATO, Laís. **Um projeto educacional nas Independências**. A circulação do plano do Ensino Mútuo na América do Sul. [Tese de Doutorado]. USP: São Paulo, 2020.

O UNIVERSAL. Ouro Preto, MG: na Oficina Patricia de Barboza, 1825-. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/historico>. Acesso em: 22 abr. 2024. Localização: Publicações Seriadas Raras - PR-SOR 00766.

PASCHE, A. DE M. L.; CURY, C. E. Dossiê 2: Processos de emancipação e educação na América. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, n. 1, p. e119, 24 jul. 2020.

PAIXÃO, Roberto Carlos Bastos. **A trajetória de Euzébio Vanério na instrução brasileira (1784 - 1852)**. Universidade Federal de Sergipe (Tese de doutorado em educação), 2020.

PINTO, Luiz Maria Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de vigiar e punir ao pensamento da atualidade. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

ROLDAN VERA, Eugenia; SCHUPP, Thomas. Bridges over the Atlantic: a network analysis of the introduction of the monitorial system of education in early-independent Spanish America. **Comparativ**, vol. 15, no 1, p. 58-93, 2005.

ROLDAN VERA, Eugenia. Para “desnacionalizar” la historia de la educación: reflexiones en torno a la difusión mundial de la escuela lancasteriana en el primer tercio del siglo XIX. **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, vol. I, núm. 2, 171-198, 2013.

SANTOS, Felipe Lameu dos; GONDRA José G.; LOPES, Katia Geni Cordeiro. Forma(ta)r o povo, plasmar a nação: acordos, desconcertos, atravessamentos (1823-1827). In: LIMEIRA, Aline; SILVA,

Edgleide da; GONDRA, José (org.). **Independência & Instrução no Brasil**: história, memória e formação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

SOOMA SILVA, José; Sepúlveda, José (org.). Dossiê: Tempos de Educação e de Celebração: histórias e lições sobre independência, civilização e nação na América, Europa e África, **Revista Proposições**. nº 34, 2023.

TORRES, Mario Castro. Inventando la nación: el impacto del modelo lancasteriano en las escuelas bolivianas (1830-1840). **Anuario de Estudios Bolivianos Archivísticos y Bibliográficos**, Sucre, nº 23, 223 - 264, 2017.

VANERIO, Euzébio. **Memória concernente ao Ensino Mútuo oferecida ao Mil vezes Augusto e magnânimo Imperador do Brasil o Senhor D. Pedro I pelo seu Menor e mais humilde e reverente súdito Euzébio Vanerio**. Rio de Janeiro, 1825.

VANERIO, Euzébio. **Paradigma dos registos necessários a manutenção e boa ordem das escolas elementares do ensino mútuo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.

VANERIO, Urânia. **Podcast. Mulheres na Independência – Episódio 4** Disponível em <https://open.spotify.com/episode/4dxhsTHQe0IIZVKdWugrbp?si=4926762e05ec4707> Acesso em 4 de fev. de 2025

N. 69.— GUERRA — EM 29 DE ABRIL DE 1823

Manda tirar dos corpos de linha das Provincias um ou dous individuos para frequentarem nesta Côrte as escolas do ensino mutuo pelo methodo de Lencaster.

S. M. o Imperador sempre solícito em promover a instrucção e vantagens dos seus fieis e honrados subditos, não só dos corpos militares, como em geral de todas as outras classes, e mui persuadido de quanta utilidade seria crear-se neste Imperio escolas de ensino mutuo pelo methodo de Lencaster, o qual espalhando na Europa innumeraveis bens, podessem igualmente ser proficuas neste abençoado Paiz, desenvolvendo o espirito, e preparando-o para novas acquisições de mais transcendentés idéas: Houve por bem por seu Imperial Decreto de 1º de Março proximo passado, instituir nesta Côrte uma Escola das primeiras letras por aquelle methodo, a qual já se acha em actividade; e Querendo o mesmo A. S., que de todas as Provincias concorram individuos que, versando as lições da sobredita Escola, se habilitem a ser um dia entre os seus concidadãos os que alli creem este estabelecimento: Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra fazer esta communicacão ao Governo Provisorio da Provincia de... para seu conhecimento, e afim de que envie para esta Côrte um ou dous individuos tirados da Tropa de Linha, sejam da classe dos Officiaes Inferiores, sejam dos soldados, que tenham a necessaria e conveniente aptidão, para aprenderem o mencionado methodo, e poderem voltando á sua Provincia dar lições não só aos seus Irmãos d'Armas, mas ainda ás outras classes de cidadãos.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1823.— *João Vieira de Carvalho.*

Fonte: Coleção de Leis do Brasil.

N. 11.— IMPERIO.— EM 29 DE JANEIRO DE 1823

Permitte o estabelecimento de uma aula de ensino mutuo nesta Còrte.

S. M. o Imperador, Deferindo a representação de Nicolau Diniz José Reynaud : Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Conselheiro Inspector Geral dos Estabelecimentos Litterarios, para sua intelligencia e execução, que Ha por bem conceder faculdade ao supplicante para estabelecer uma aula de ensino mutuo nesta Còrte.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1823.— *José Bonifacio de Andrada e Silva.*

Fonte: Coleção de Leis do Brasil.

Anexo 3 – Decisão 130 de 22 de agosto de 1823.

N. 130 GUERRA— EM 22 DE AGOSTO DE 1823

Manda abonar aos officiaes inferiores e cadetes que vieram das Provincias aprender o methodo do ensino mutuo uma gratificação mensal, emquanto frequentarem a dita aula.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, que o Thesoureiro Geral das Tropas da Còrte e Provincia abone mensalmente a todos os officiaes inferiores e cadetes vindos das Provincias para aprenderem nesta Còrte o methodo do ensino mutuo a gratificação de 6\$000, emquanto frequentarem a dita aula ; e assim se pratique com o Forriel de linha da Provincia do Espirito Santo José Joaquim de Almeida Ribeiro.

Paço, 22 de Agosto de 1823.— *João Vieira de Carvalho.*

Fonte: Coleção de Leis do Brasil.

MINIBIOGRAFIA

José Gonçalves Gondra

Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador pela FAPERJ e CNPq, com artigos publicados em importantes periódicos do Brasil, Argentina, México, Bélgica, Itália, Espanha, Colômbia e Honduras. Recentemente organizou o livro *Independência & Instrução no Brasil: história, memória e formação (1822-1972)* e coordenou o projeto da série documental *Se liga na História*, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=K5ga3Aexjo&ab_channel=TVUERJ.

E-mail: gondra.uerj@gmail.com